

Senhor Presidente da República
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Ministro da Justiça
Senhor Provedor de Justiça



Excelências

Muitos tribunais portugueses têm, desde longa data, funcionado com demoras que frustam as mais fundadas expectativas de quem deles espera Justiça.

Esses atrasos são, em si mesmos, injustos, independentemente do acerto das sentenças proferidas nos casos em que se verificam. E atingem, com frequência, direitos humanos universalmente reconhecidos.

Delongas revoltantes verificam-se em processos em que se pede o necessário para viver, sob a forma de pensões por acidentes de trabalho, de pensões de alimentos, de salários devidos e não pagos, de indemnizações por acidentes de viação em que se perdeu capacidade para ganhar o sustento da família ou própria vida de quem sustentava a família.

Longos meses e por vezes vários anos decorrem com a inércia dos tribunais e dos organismos de polícia judiciária que os coadjuvam, face a queixas por delitos de que se foi vítima, na integridade física ou moral, ou no património legitimamente adquirido.

Abusos ilegais de autoridade prevalecem durante os anos que duram processos em que se requer ao tribunal a anulação dos actos que foram perpetrados.

Diversos conformismos vão admitindo esta situação: o daqueles a quem a deformação profissional (no pior sentido do termo) tornou insensíveis face ao sofrimento humano dos lesados que esperam Justiça - e que o agravam com expedientes dilatatórios ou com negligentes omissões; o daqueles que olham do exterior as " justiças " como mundo fechado em que sempre hão-de imperar expedientes, malabarismos, incertos resultados; o daqueles que esperam nunca entrar em tribunais e que pouco lhes importa a sorte ou o infortúnio dos que lá tiveram de entrar; e, até, o daqueles que consagram parte do seu tempo aos interesses públicos mas têm a Justiça como sector mais ou menos secundário.

Os signatários - trabalhadores de diversas profissões, que não apenas as jurídicas - não se conformam com esta situação e querem decididamente transformá-la. Pertencem ao número dos que crêm que é possível construir o País novo também nos tribunais.

No 10º aniversário do 25 de Abril, exigem que este aí se faça sentir com um novo estilo em que o sentido ético, a competência e o rigor se conjuguem na produção de uma Justiça pronta.

Sabem que para tanto são necessárias medidas de carácter legislativo, governativo e administrativo para as quais Vossas Excelências podem contribuir em termos decisivos, por virtude das altas funções que exercem.

E por isso pedem que essas medidas sejam tomadas com a urgência que se

impõe.



Nome

Profissão

Fundação Cuidar o Futuro

a enviar, até ao final de Abril, para:

Rua Luciano Cordeiro, 24 - 6º B. 1100 Lisboa

